

CONFERÊNCIA «CENTROS HISTÓRICOS E VIDA CONTEMPORÂNEA»

IHRU

CIDADE ANTIGA, PROBLEMAS NOVOS: como a conservação encara(ou) as intervenções em património urbano!

Prof. José Aguiar

(Faculdade de Arquitectura – Universidade Técnica de Lisboa e Presidente do ICOMOS-Portugal)

- Muito bom dia!

Gostaria de agradecer ao IHRU esta oportunidade de colaboração e aproveitamento para dizer ao senhor Presidente do IHRU que pode contar com o ICOMOS para o que necessitar (e acho que vamos precisar de aprofundar muitas das questões que, neste encontro, hoje iniciámos). Queria também dar os parabéns ao IHRU pela excelente organização deste encontro.

Se antes do século XVIII falávamos em Antiguidades (ou Antiquilhas), começámos posteriormente a falar de Monumentos, depois (nos finais do século XIX) inventámos uma coisa colectiva a que chamámos Património Urbano e hoje falamos cada vez mais em Património Paisagístico, em Património Territorial, em suma e perante a explosão taxinómica, recorreremos cada vez mais à designação (vastíssima) de Património Cultural, coisa lata e segura que engloba todas as outras dimensões.

A cidade antiga é hoje mais um dos recursos ecológicos, é uma estrutura onde podemos construir no (e com o) já construído, mas há cidades antigas que não são apenas isso. Há cidade que têm um estatuto de verdadeiras jóias da coroa (de obra prima) e é sobre elas que me vou concentrar. Não vou hoje falar do património como um recurso genérico (o que herdamos e

usamos, eventualmente transmitindo) mas sim deste conceito de uma obra de arte colectiva, de PATRIMÓNIO URBANO que, a meu ver, ainda é de difícil aceitação na cultura técnica portuguesa. Uma das razões que explica essa incompreensão, acredito que seja o facto de que o nosso urbanismo está muito longe de estar bem estudado (o conhecimento que dispomos em nada se assemelha ao conhecimento sobre a cidade de fundação hispânica, e dos seus sonhos de uma ordem, de origem Filipina).

O nosso desencanto, da Arquitectura, com a “cidade velha” nasceu com a Revolução Industrial, quando começou o acelerado processo de desenvolvimento industrial do século XIX, por exemplo na reforma e regularização do centro de Paris, nas vastas transformações de Haussmann. Os intelectuais deitaram então as mãos à cabeça, como fez Vítor Hugo, que afirmou apocalipticamente que (...) *a indústria está a substituir a arte*, [que] *a arte vai morrer* (...) como se a Arte não pudesse existir, perante o abuso do máquina e da industria, com a substituição da mão do homem pelo repetismo maquinista, anunciando-se o caminho do fim para a arte figurativa.

Foi nesse contexto, do desaparecimento da cidade antiga e do surgimento da cidade moderna, que começou a definir-se o enquadramento conceptual de “Património Urbano”, e que é, em grande medida, como escreveu Françoise Choay, no seu precioso livro *L'allégorie du Patrimoine (...) uma das grandes contribuições da cultura europeia para a cultura mundial (...)*.

Ainda hoje as pessoas visitam a Europa essencialmente para conhecerem a sua (a nossa) cultura urbana, que é obviamente um dos nossos mais importantes recursos. Algumas das nossas cidades têm um valor absolutamente incalculável, que depende obviamente da cuidadosa atenção valorativa e conservativa que lhes dedicamos (ou não). No entanto, durante muito tempo encarámos a cidade com história, como um património morto —

a que chamamos “villes d’art”, ou “cidades-museu” (como se concebeu no Estado Novo Monsaraz, ou Óbidos).

Nesta evolução dos conceitos importa apontar os contributos de Ruskin, e a sua ideia da cidade histórica como repositório memorial das relações entre gerações, o pensamento de que, para sabermos quem somos e para onde vamos é imprescindível saber de onde viemos! Este primeiro conteúdo memorial das cidades de onde vínhamos, cuja memória física importava preservar, manifesta-se no exacto momento em que estas cidades desapareciam no surto transformista da Revolução Industrial.

Depois de Ruskin, Camillo Boito - amplificando as pisadas fenomenológicas de Quatremère de Quincy e um dos primeiros investigadores da recém surgida disciplina da Urbanização -, começou as primeiras aproximações morfotipológicas, colocando a si mesmo as seguintes questões: porque é que, em plena Revolução Industrial, estamos a fazer cidades tão feias? O que é beleza urbana [que nos poderia guiar no projecto da cidade nova]? Como é que podemos (re)aprender com a beleza que atribuímos às cidades antigas? Onde está e com se define esta beleza e como se exprime (e em quais) estruturas, espaços, arquitecturas, de que cidades?

A partir destas perguntas e perplexidades tentou estudar uma série de cidades particularmente belas, desenhando-as e ao seu sistema de espaços público, tentando perceber quais as lógicas do seu desenho urbano e da sua relação com os cenários arquitectónicos. Não o conseguiu evidentemente (ou antes, foi-lhe impossível descortinar, perante a infinitude da diversidade, as leis finitas e universais dessa fugidia beleza urbana). Mas surge assim um conceito novo, esse conceito de “cidade-museu”, a vontade de salvar os belos pedaços de cidade antiga, qual deveriam ser preservados para o futuro,

para os amantes da arte e para que os estudantes de arquitectura e de urbanismo, pudessem aprender como se construiu essa beleza urbana.

Este encerramento na memória e na musealização dos conceitos de patrimonialização urbana não projectavam a cidade histórica para um presente (de usos) e para o futuro (da articulação entre o que fica e o que se inevitavelmente se transforma); encerravam-na num museu do passado) e

Aquilo que marca hoje a nossa actual visão - as teorias que ultrapassaram a ideia de cidade-antiga-museu-do-passado projectando-a para o hoje e o amanhã - as teorias que ainda hoje temos sobre salvaguarda e integração da cidade antiga na contemporaneidade, devemos-las a um homem muito mal tratado pelas histórias da arquitectura e urbanismo moderno: Gustavo Giovannoni!

Giovannoni (homem plural, arquitecto e também engenheiro, historiador da arquitectura, investigador e professor) foi quem propôs o que poderíamos chamar a primeira teoria integradora do papel da cidade histórica na cidade de hoje. E que propunha Giovannoni? Dizia ser impossível salvar a cidade histórica, estas nossas jóias da coroa, se continuássemos a considerá-las como o “Centro” da cidade!!! A primeira proposta de Giovannoni foi a de chamar a atenção para o problema dos centros das cidades, que se continuassem a sê-lo (enquanto centro), não poderiam, sendo “históricos e funcionalmente obsoletos” ter futuro operacional, pela incapacidade funcional de poderem ser os “centros” da nova cidade moderna e não poderem resolver a terríveis pressões da nova(s) centralidade(s).

Era preciso aceitar e entender que a indústria e a economia precisavam no século XX de outro tipo de centralidades já não tão estáticas e centrífugas (os policentros e polinúcleos). A solução proposta por Giovannoni consistia em descortinar para estes antigos “centros históricos” novas vocações e funções

compatíveis, que lhes fossem inteiramente adequadas assim como à modicidade da sua escala, dos seus espaços públicos e edificados, que considerava especialmente aptos à convivialidade humana e perante um Moderno incapaz de dominar a escala no desenho de espaços públicos (que desenhava “desertos e inumanos”).

Sabemos que “é sempre preciso fazer o fato à medida do corpo e não o corpo à medida do fato” e, portanto, esta adequação dos usos às potencialidades das calças, i.e. dos tipos de espaços domésticos, das escalas e formas da morfologia destes tecidos urbanos históricos, de grande valor expressivo e nunca invertendo estas relações (i.e. impor funções exigentíssimas que obrigam a profundos reordenamentos cadastrais, que destruiriam a estrutura que queríamos salvaguardar) tornou-se a chave da conservação urbana contemporânea.

Uma outra importante questão, também apontada por Giovannoni, é que quem trabalha com arquitectura pobre, i.e. com esta arquitectura de conjunto onde cada unidade vale pouco mas o todo vale muito, esta salvaguarda da arquitectura da cidade (como mais tarde diria Rossi) deve garantir um respeito absoluto pela tipologia cadastral, pelas arquitecturas, construção e volumetrias preexistentes, a continuidade do complexo formal da arquitectura da cidade antiga, na sua comunhão estreitíssima entre morfologia urbana e tipologias edificatórias.

Tudo isso ainda hoje traduz-se em quê? Reparem na evolução conceptual: nos anos setenta e oitenta do século passado, também entre nós aceitávamos intervenções globais de reforma e renovação ao nível do quarteirão. Arrasamos o interior dos quarteirões para fazer edifícios novos ocultos fachadisticamente por detrás dos cadáveres das fachadas históricas, e onde havia uma dezenas de estruturas góticas tivemos depois dezenas de

fachadas de edifícios diferentes reunidas num novo edifício um só, o moderno edifício-projecto-novo, como sabem que sucedeu em algumas das fases do Barredo no Porto (apesar dessas metodologias irem totalmente contras o que estudou e propôs Távora, aponte-se).

Na teoria da conservação, felizmente, cada vez mais se defende a necessidade de tratar as - de projectar a reabilitação nas - cidades históricas, lote a lote, caso a caso. Porque, se assim não for, perderemos a autenticidade desta extraordinária estratigrafia, desta cidade-palimpsesto que define o essencial do valor (a própria noção) de “cidade histórica”.

Este último sentido proposto por Giovannoni – de um Restauro Urbano, i.e. de tratarmos as jóias urbanas com o cuidado que já tínhamos com os Monumentos - é, ainda hoje e infelizmente, uma situação raríssima no planeamento e nos projectos que desenvolvemos sobre as nossas cidades históricas. Devo aqui, mais uma vez ressaltar, a excepcionalidade - neste específicos campo - da riquíssima experiência de Guimarães (e o INH fez muito bem em conceder a Guimarães vários prémios RECRUA, pelo menos em alguns júris que tive o imenso prazer de integrar)!

Guimarães foi e é - tendo este é desnecessário recorrermos aos tradicionais exemplos Italianos - o paradigma de actuação contemporânea em património urbano e faz parilha com o que de melhor se faz aqui ao lado, em Espanha, em cidades como Santiago de Compostela, Aranjuez, Toledo ou Segóvia.

Como aqui já mostrou o Engenheiro João Appleton, ao relevar a importância material da estrutura em arquitectas antigas e dessa outra fundamental arquitectura, dos interiores! Disse-nos como por vezes obliteramos toda a história material dentro da própria história de cada edifício. é absoluta verdade e, sob a perspectiva do projecto, o que acontece muitas vezes em Portugal é que obliteramos esta fulcral relação entre arquitectura (enquanto

construção, forma e organização do espaço) do edifício e a construção do colectivo da cidade (enquanto global arquitectura da cidade).

Demasiado amiúde consideramos a reabilitação como a oportunidade de fazer a reorganização, por renovação e reordenamento cadastral, fazendo dramáticas alterações tipológicas, brutais reformulações, em suma: fazemos um despudorado e extensivo fachadismo.... e isto não é admissível em cidades históricas de grande valor patrimonial. Diria mais: é criminoso fazê-lo em cidades inscritas na lista do património mundial ou designáveis como património urbano de Portugal!

Nesse sentido de oposição à renovação encapotada, de refutação do fachadismo, criou-se internacionalmente toda uma série de documentos de referência: por exemplo a primeira Carta de Atenas de 1931 (depois substituída pela de Veneza, ou Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, de 1964), que sublinhou a predominância do interesse colectivo nestas questões sobre os interesses privados: e é fundamental dizer isto hoje, no momento em que vemos o nosso património ser entregue à lógica do interesse privado numa amplitude da qual não conheço paralelo histórico.

Em Atenas (em 1931) sublinhou-se que o património arquitectónico é um recurso de maior importância para as nações e, deste modo, há sempre que garantir a primazia do interesse público sobre o interesse privado.

Outra questão abordada em Atenas, (re)sublinhada na Carta de Veneza (e depois também na Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas, a Carta ICOMSO de Washington, de 1987) é a absoluta e fundamental necessidade de que as funções se adequem aos pressupostos das preexistências, não aceitando grandes alterações funcionais que alterem a autenticidade e a organização espacial dos edifícios históricos.

É obviamente impossível ter um T6 minimamente aprazível num lote de 3,6 ou 7 por 12 ou 14 metros de profundidade (do Bairro Alto por exemplo). Como se resolve o drama? Em vez de partir os edifícios históricos para lhes meter o que não cabe, há que introduzir uma gestão urbana, a gestão que possibilite a quem verdadeiramente necessite de um T6 (uma família imensa), possa ter a possibilidade de ocupar outro edifício mais amplo (um palazzo urbano histórico, porque não), i.e. sair do edifício pequeno (não o alterando a um ponto que o torne irreconhecível) antes migrando para outro espaço mais vasto, idealmente ali na rua, ou pelo menos no bairro.

Quero dizer: a cidade histórica tem casas micro e tem casas macro! Quem precisa de muito espaço tem de ocupar as casas grandes, quem necessita de casas mínimas – e há tanta necessidade de tantos novos utilizadores urbanos que precisam de T0 ou T1's – deve obviamente ocupar os fogos mínimos, e ambos (os grandes e os pequenos) abundam nos centros históricos!

Esta especificidade tipológica é utilíssima hoje em dia: precisamos de fogos mínimos (compensados pela vantagem da centralidade) e de novos tipos de habitações mais vastas, as novas Dom Komuna, as casas colectivas para os Erasmus, para os temporários da nova economia, para os solteiros ou viúvos!

Isto chama-se gestão social e urbana (integrada) – imprescindível numa reabilitação que designamos também integrada (porque além de física, e social e económica e cultural) – sem a qual o que teremos é brutais destruições, nesta nossa insistente tarefa de sempre tentar meter Rossios em Betesgas!

Enquanto os arquitectos faziam as Cartas da conservação (a de Atenas 1931), os mesmos arquitectos - o que mostra como éramos, como somos, eclécticos -, escreviam cartas estruturalmente anti-conservação (a Carta de Atenas, de 1933), i.e a Carta do Urbanismo que colocou o *open space* urbano

e no edificado, como o motor de toda a nossa formação em arquitectura, durante mais de 50 anos.

Portanto, tivemos uma “Carta de Atenas da Conservação” e uma “Carta de Atenas do urbanismo”, ambas cruciais e ambas opostas na teoria do projecto, na teoria da arquitectura e do urbanismo que propunham.

No início do Moderno, a arquitectura vivia um tempo complexo da apologia do “admirável mundo novo”, sonhava com torres de vidro (a elegia de Wassily Lukardt, as torres transparentes de Mies, as cidades-torre e as Unités de Corbusier), neste quadro as cidades históricas eram a tristeza, a obsolescência a ultrapassar, a esquecer o mais depressa possível. Desenhava e dizia Corbusier: *Il faut tuer la rue-corridor!!!!*

Mostro-vos a mão de Le Corbusier que se debruça sobre o Plan Voisin propondo arrasar o centro histórico de Paris, do Boubourg ao Le Marais, para fazer umas dezenas de torres-cidade. *E* vivemos hoje na arquitectura – sublinho - este processo, este drama freudiano, da morte do pai!

Para a arquitectura moderna da primeira metade do século XX, o futuro não tinha nada a ver com a cidade histórica e durante quase 50 anos fez-se uma pedagogia, nos cursos de arquitectura e de urbanismo, destas questões, deste ódio à cidade antiga. Insisto, o desenho delicioso (do L’Urbanisme de Corbusier) mostra-nos bem como propunha lidar-mos com “O Problema” dos centros históricos: poderíamos manter o centro histórico, fazer melhorias nos logradouros e talvez algum reordenamento cadastral, mas o melhor que nos propõe Corbu ...é demoli-lo e fazer novos arranha-céus. Assim não valeria a pena sequer discutir o que é a reabilitação, ou o que é a conservação da cidade histórica.

Muitas destas ideias dos anos vinte, trinta, quarenta e cinquenta do século passado não tiveram, felizmente, lugar, ...mas depois da Segunda Guerra Mundial as teorias RENOVADORAS que definem, ganharam corpo. Surgiu o novo momento da cultura industrialista avançada e do consumo.

Sabemos que os Franceses, em matéria técnica, também da reabilitação e do ordenamento das cidades, têm uma linguagem muito própria, por exemplo usam(vam) a sigla “ZAC” — *Zone d'Aménagement Concentré*; com estas ZAC's depois da guerra a própria cidade de Paris começou, pouco a pouco, a fazer a reforma que se defendia teoricamente nos anos vinte. Felizmente a fúria renovadora pouco depois (nos anos 60 com Malraux) parou. Pouco a pouco, nas décadas de sessenta e setenta, começámos a mudar de ideias e a achar que este admirável mundo novo moderno não era tão delicioso nem tão libertário, nem tão democrático, como se pressupunha nos anos vinte.

Entrámos numa série de sucessivas crises: políticas e existenciais (na falência do Marxismo), crises da energia na falta do petróleo, crise na cultura que nos levou ao vale-tudo do hedonismo pós-moderno, situação de transição na qual, em grande medida, ainda estamos; a grande “ressaca” desse tempo, digamos assim, que nos coloca neste nosso tempo (nova era) que ainda não sabemos muito bem como designar.

Os optimistas dizem-nos que caminhamos para o tempo da cultura, para uma nova era do conhecimento, do contacto de todos com todos; os pessimistas obviamente não auguram nada de bom.

Objectivamente estamos hoje a retomar e a reavaliar todas as posições do Moderno. Como aconteceu na França (Reab-HLM) e na Alemanha, começámos a reformar morfotipologicamente a extensiva produção de habitação social que se construiu neste período, regressando de novo aos

centros da cidade (como local especialmente apto para residir e trabalhar, como disse a IBA de Berlim, nos finais dos anos 80).

É nessa fase final moderna, num momento de contestação e renovação doutrinária (dos finais dos anos 60) que surgem o ICOMOS e a sua Carta de Veneza, que é, ainda hoje, o documento chave de referência, para a conservação e restauro arquitectónicos. Surge também, por toda a Europa, a reconsideração dos tecidos históricos como património urbano.

André Malraux, um homem estrutural da cultura moderna, que fez aliás a leitura do epitáfio de Le Corbusier, (outra vez a coisa “freudiana), criou a primeira lei em França de salvaguarda dos centros históricos, a muito conhecida Lei Malraux, propondo que alguns núcleos urbanos, alguns “centros históricos” de grande qualidade, fossem considerados (e tratados como) monumentos do país. Hoje não são apenas uma dezenas, estes Secteurs Sauvegardés – hoje penso que já existem cerca de uma centena de cidades (ou pedaços de cidades) históricas que o governo francês já classificou como “monumento da França, e como tal recurso estrutural do país. Núcleos urbanos salvaguardados, nos quais houve (e há) um grande investimento, que aliás transformou esta opção política num excelente negócio económico (alguns dos PIB’s per capita mais elevados da França estão nestas cidades históricas preservadas). Basta também avaliar os dados do turismo para percebermos como foi clarividente a decisão de André Malraux, sob este fundamental ponto de vista (macro)económico!

Sobre esta cada vez mais decisiva economia patrimonial há uma recente tese de doutoramento orientada pelo Professor Lamas e desenvolvida pelo arquitecto Lobo de Carvalho, no Instituto Superior Técnico, tese da qual tive a sorte de ser arguente, cuja leitura aconselho vivamente. Essa tese demonstrou como o património deixou de ser um problema e passou a ser

uma excelente oportunidade económica, sobretudo em países como a França, a Inglaterra ou a Itália, tese que procurou estender também para nós esta nova questão da gestão económica, uma nova economia que possa devolver aos monumentos alguma da riqueza que geram. É injusto (diria que é estúpido até) que os Jerónimos, que gerarem uma micro economia e importantes recursos na sua área de influência ...actores primeiros de uma riqueza urbana desse e nesse seu lugar, pouco (ou mesmo nada) recebem, pouco reverte da riqueza gerada para o financiamento da suamanutenção!

Na Inglaterra, por exemplo, que é um país extremamente liberal também nestas matérias, houve, a partir dos anos cinquenta e sessenta, um processo classificativo extensíssimo. Em Portugal queixamo-nos muitas vezes de ter muitos monumentos (e temos pouco mais de 700 classificados como monumento nacional); pois bem na Inglaterra temos mais de 9000 *Conservation Areas*, sectores que por vezes abrangem áreas extensíssimas de cidades como Bath, York, Salisbury, Chester, Oxford, Cambridge etc., etc. Nós queixamo-nos todos os dias da dificuldade de manter os nossos 700 monumentos – e sabem bem que começamos até a tudo fazer para diminuir as nossas classificações, que hoje dificultamos brutalmente ...como se a classificação fosse o demónio (e é-o certamente, porque prejudica o *laissez faire laissez passer* de quem que quer se governe para entregar o património dos portugueses ...a interesses totalmente privados, retirando a cada português este direito inalienável de acesso ao seu património). Enfim, mas Paris tem 10000 edifícios classificados, a mesma Inglaterra tem 40000 edifícios classificados. A classificação - como nos propõem alguns defensores do privado contra tudo o que é público - não é o inimigo, é a garantia de um fundamental *direito ao património!*

O sistema inglês de gestão patrimonial (National Trust, o English Heritage, etc.) está longe de fazer perder dinheiro aos contribuintes ingleses, antes tornou o património Inglês uma fabulosa fonte de receitas (e trata-se de um país onde o mercado funciona e onde se obtém neste domínio resultados muito interessantes).

Temos assistido, também por toda a Europa, a uma evolução cada vez maior em torno destas questões. A França, por exemplo, depois dos centros históricos fez duas leis “classificadoras” extremamente interessantes: a Lei das Paisagens e a Lei do Litoral. Os campos de lavanda, que rodeiam os *Chateaux du Loir* foram classificados como paisagens a proteger e considerados recursos estratégicos da França, e como tal fortemente controlados!

O governo francês investe imenso dinheiro a subsidiar os agricultores destes campos, mas, no fim, também ganha imenso (repõe muito mais dinheiro) com a enorme quantidade de turistas que visitam estas regiões, gerando claramente importantes mais-valias para a economia dessas regiões (e do país obviamente). Este movimento de preocupação com o ambiente e as paisagens, alargou-se a territórios extensíssimos como ocorreu com a Convenção dos Alpes que, a título de exemplo, abrange hoje diversos países europeus: a Áustria, França, Suíça, Eslováquia, Eslovénia, Liechtenstein e Mónaco.

Estes países reuniram-se para tratar os Alpes como uma paisagem natural e cultural a SALVAGUARDAR. Esta é – esta relação entre património cultural, território e ambiente - uma nova evolução e muito interessante. Já não olhamos só para os lincos da Malcata como algo a preservar, olhamos igualmente para o produto da acção das comunidades humanas que habitam estes sítios, e, portanto, faz-se cada vez mais uma articulação entre políticas

ambientais e políticas culturais, numa nova conjugação, extremamente feliz. E o resultado desta conjugação foi, por exemplo, a Convenção Europeia da Paisagem de 2000, que Portugal ratificou em 2005.

Como é que no ICOMOS respondemos a isto, a estas evoluções? Tentando fazer, mais uma vez, documentos de orientação, como a *Carta de Florença do sardins históricos*, considerando o património paisagístico como algo vivo. Depois desenhando a *Carta de Washington* como doutrina que ajude a gerir a conservação das cidades históricas. O mundo apoderou-se deste sonho patrimonial europeu e agora os europeus têm imensos problemas, ...o resto do mundo também quer aquilo que a Europa já tem (centenas de inscrições na lista do Património mundial, por exemplo) e surge aqui uma nova e extrema dificuldade, que o Professor Raimundo Mendes da Silva, Pró-reitor da Universidade de Coimbra e o cérebro da sua candidatura, conhece muito bem, o problema de conseguir classificar um novo bem a esta escala mundial (com Património da Humanidade). A Europa tem a gigantesca maioria destas classificações e, agora, o resto do mundotambém as quer!

Na evolução dos conceitos já não discutimos apenas o físico, e discutimos – aquilo que nos dias de hoje é a grande moda em Portugal - o imaterial. Aliás, uma moda tão grande e útil que até evita a intervenção (mais cara) no material; só se ouve agora, na retórica dos discursos, esta “do intangível”; e obviamente esta situação - do pouco que se tem, investir no nada fazer - tem de ser alterada.

Agora o nosso futuro está dependente da nossa capacidade de sobreviver. Todos sabemos o que é a pegada ecológica, e sabemos que os seus indicadores são terríveis para Portugal. Segundo os dados de 1996 (dados tão antigos) já havia um *deficit* no território nacional de 3,6 hectares por habitante, ou seja, hoje os Portugueses estão a viver muito acima da

capacidades do seu território. Como é do conhecimento geral temos pela frente esta enorme ameaça da crise da energia.

Os gráficos energéticos falam por si, e dizem-nos que o problema (da extinção do petróleo, do fim dos combustíveis fósseis) está quase a cair-nos em cima, e muito antes de 2040 ou 2050 como se previa para o ponto crítico. Fingimos que nada acontece, mas esta ameaça paira e está já a provocar reacções e uma destas, que estamos a assistir, é que, depois desta enorme mancha de óleo da expansão urbana para as periferias, estamos a regressar à cidade consolidada. E estamos a tentar encontrar respostas para este imprescindível regresso. Como é do conhecimento geral, a nova Carta de Atenas, redigida em 2003 pelo CEU - Conselho Europeu dos Urbanistas, setenta anos depois da primeira Carta de Atenas, propõe o oposto do que nessa constava. Afirma-se agora que a cidade do amanhã já existe hoje e que a sua requalificação dar-nos-á a cidade do *futuro*. E cito a nova Carta (...) *o CEU apresenta uma Visão partilhada e colectiva sobre o futuro das cidades europeias, como fundamento da Nova Carta de Atenas 2003 (parte A). Trata-se de uma Visão de uma rede de cidades, em que estas [pronto primeiro]: Conservarão a sua riqueza cultural e a sua diversidade, resultantes da sua longa história; (...).*

Portugal tem um património urbano absolutamente espantoso espalhado pelos quatro cantos do mundo, o qual conhecemos, reconhecemos e identificamos ainda mal, isto enquanto há países, como a Espanha, que têm políticas urbanas muito bem apoiadas pela investigação académica e que sabem o que foi o seu sonho de uma ordem, estudaram profundamente as suas “*plazas mayores*” e as estruturas hipodémicas do seu desenho urbano (na Europa ou no novo mundo). A nossa realidade é bem diferente. Em vez de uma ordem impositiva, os portugueses sempre trabalharam com extrema cautela as potencialidades urbanas e arquitectónicas dos lugares – tiramos

partido aliás dos mais belos lugares do mundo -, mas pouco soubemos defender e apoiar este lado mais científico do conhecimento da nossa maneira de fazer cidade.

A nossa relação com as cidades foi (repito) no Moderno patológica. Só para ilustrar: que propunham os planos para o Porto, nos anos cinquenta do século passado para o centro histórico do Porto? Lembro sempre o orgulho das pessoas do Porto que sempre me dizem (...) *Nós já somos património mundial e vocês [apontando-me o falso estatuto de marroquino e lisboeta] ainda não o são (...)*? Onde se concentra este orgulho do Porto, tão genuíno, ...na Ribeira, no Barredo, no original “centro histórico”?

Ora bem, o Plano Director do Porto dos anos cinquenta propunha arrasar toda a Ribeira/Barredo (consultem o estudo de Távora para o Barredo); e para fazer o quê? Arranha-céus! Estamos, portanto, a discutir algo que tem uma história ainda muito recente e que está muito mal interiorizada na nossa cultura. O arquitecto Fernando Távora, que foi meu professor, deu contributos absolutamente notáveis para introduzir o tema da reabilitação em Portugal (mais uma vez refiro-me a seu *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, de 1969 e penso que a Dr.^a Ana Pinho irá, muito provavelmente, falar nestas questões).

Tivemos depois a pioneira (mesmo em termos mundiais) fase dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL do PRU e do PRAUD) — gabinetes disciplinarmente concentrados na reabilitação urbana e uma experiência que, na minha opinião, deveria continuar, articulando-se obviamente com as novas políticas — GTL's e que se estenderam por quase todo o território. Com isto aprendemos até aos final anos noventa que a reabilitação urbana só se faz e só é bem sucedida quando realizada com a população e para a população. Assistimos depois ao fim dos GTL, alguns foram convertidos em direcções

municipais e, nos últimos dez anos, nasceu a nova fé na iniciativa privada e surgiram as SRU's. Chegou agora – porque acabamos de reformar as SRU's – o momento de avaliar o seu trabalho. Ouvi há 15 dias um responsável da Câmara Municipal de Lisboa dizer publicamente que se gastaram 14,5 milhões de euros em projectos e planos feitos pelas SRU's com os quais se conseguiu....reabilitar dois edifícios apenas!!!! Manda-se às ortigas os GTL's, as DMRU's (como a de Lisboa) investem-se milhões ...e dois edifícios apenas reabilitados? É grave demais e todos gostaríamos de saber se isto é mesmo assim e se o sucesso das Sociedades de Reabilitação Urbana noutras cidades foi ou não foi coincidente, com esta realidade apontada a Lisboa.

A verdade objectiva é que há hoje uma alteração legal profunda sobre todo este processo, o que é positivo para não continuarmos eternamente a ser o país dos projectos, dos planos repetidos e dos aeroportos desnecessários. Mas obviamente que deveríamos avaliar todo esse processo (como o refundar sem essa avaliação?).

Sob o nosso ponto de vista, vemos muito criticamente a maneira como se construiu na segunda metade do século XX a cidade em Portugal. Uma cidade feita sem desenho, na maré de opções pouco apropriadas ao urbanismo e à arquitectura, cidade resíduo das redes de vias e autovias, cidade que foi produto de uma engenharia de tráfego profundamente inculta em termos de urbanismo e de cultura da cidade, como a cidade dos infinitos pólos, saídas de IC's e entradas em rotundas.

Colocam-se aqui e agora também agora questões muito prementes: depois de destruídas as periferias, vamos, com todas as pressas da crise na construção civil, destruir agora os centros históricos? Vamos agora e em

força perder a cidade antiga, arrasá-la para esta transformação transvestida de reabilitação que nos propõem?

A cidade antiga que não morreu da doença moderna vai morrer agora da cura pós moderna?

São estas algumas das grandes questões que muitos dos associados do ICOMOS me colocam. O que vemos hoje surgir, nascer na realidade portuguesa, não é a defesa da conservação e restauro urbano, não é a apologia de uma reabilitação integrada e cautelosa, nem sequer é uma abordagem ecológica ao re-uso da cidade e arquitectura herdadas ...é de novo o “fachadismo”, é defender o gasto de enormes quantidades de dinheiro para salvar fachadas e depois arrasar completamente as estruturas e tipologias, abolir os interiores, anular os valores construtivos e estruturais destes palimpsestos construídos das cidades, para fazer novas arquitecturas encapotadas, sem rosto, ocultas nesses cadáveres.

Na Arquitectura (e eu sou professor num curso de arquitectura) vivemos também uma crise muito interessante: estamos completamente divididos entre os super-preservacionistas, que são tratados com o mesmo sectarismo dos ecologistas (fundamentalistas do património dizem logo), e os outros, os “todos-para-a-frentex”, o super-icónicos fesca e altamente criativos (os do high tech, ou os outros das paredes tortas desconstrutivistas). Os meus alunos apreciam imenso em património atitudes que dizem ser “transgressoras”.

Posto por miúdos: a solução experimental e transgressora é muitas vezes a mais interessante para a crítica de arquitectura, e a mesma solução é muitas vezes tomada como o pior dos exemplos, ...para a crítica da conservação! Uns dizem que isto (este projecto da Caixaforum em Madrid, ou dos ovni's do Metropol-Parasol, na Plaza de la Encarnacion, em Sevilha) para uns estes projectos super-icónicos são o céu e para os outros (oficias da mesma

disciplina, diga-se) dizem que aquilo ... é o inferno! Repare-se, no mesmo sentido, a brutal fractura que as torres de Pelli estão hoje a provocar nos nossos colegas arquitectos de Sevilha (metade é pró torres, a outra metade é totalmente contra)!

É evidente que nas intervenções fachadistas - o *hi-tech* utilizado para salvar fachadas ou para fazer centros culturais que eleantam as antigas fachadas para os céus - sob o ponto de vista económico e do bom senso económico e construtivo, é algo de profundamente questionável. Podemos deparar nestas obras com uma super capacidade tecnológica mas esses projecto (do Caixaforum) não são exemplos sob o ponto de vista da reutilização dos recursos, ou da reincorporação das permanências construtivas e estruturais,, ou até bons (na verdade são maus) exemplos de conservação (porque não são de facto conservação nem sequer reabilitação ...são obras estrutural e plenamente novas).

Na conservação do património, não são só o espaço, a forma e as fachadas que contam; a construção e a própria estrutura de um edifício, seja do séculos XV, ou XVIII ou do movimento moderno, têm um fulcral valor patrimonial (contribuem para o valor geral e têm valor específico). A construção e as estruturas têm a sua lógica intrínseca e um bom estruturalista tem de conhecer isto quando faz o projecto, é inadmissível em conservação desactivar esta realidade estática para impor uma estrutura inteiramente sucedânea. Reforçar para melhor desempenho sim, substituir não ...como esclarece a fundamental Carta do Icomos de 2003: *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural*.

Cidades que cresceram em mancha de óleo, com muito investimento nas periferias, e tecidos históricos que são, muitas vezes (quais parques temáticos), orientados para o uso dos turistas, suplantando essa vocação

turística o serviço dos seus residentes, expulsando os menos abonados. Esta evolução tem efeitos sociais (e culturais e identitários) totalmente perversos, como se o sucesso do (mal “ditos”) Centros Históricos residisse o gérmen da sua destruição identitária.

Os centros históricos não são (não devem ser) reservas para turistas endinheirados, e não são só museus (embora também o possam ser). O ICOMOS tem tentado procurar respostas, ou alertar para estes processos de segregação (por exemplo a Carta ICOMOS de 1999, designada de *Carta Internacional do Turismo Cultural*, que procedeu à revisão da anterior carta de 1976).

Começamos por discutir o próprio conceito de turismo (cultural), porque nem todo o turismo é positivo; sabemos muito bem como muitas vezes se “rouba” à cidade os seus próprios residentes. Veja-se o caso de Veneza, onde durante alguns meses tive a sorte de ser professor convidado, na Escola de Restauro da ilha de San Servolo. Em Veneza há imensos locais onde até o comércio muda durante o dia (até às “x” horas serve os locais, depois muda-se tudo o exposto, orientado para o turista); um veneziano de gema esconde como um segredo de estado a *trattoria*, a *osteria* do dia a dia ...sob pena - se abrir a boca - de nunca mais conseguir comer com qualidade e a um preço razoável. É um moda, já há muito anos, os milionários adquirirem um apartamento em Veneza, que usam alguns dias, no Carnaval, ou no Verão ...e o custo de residir em Veneza expulsa os filhos da laguna para o Lido, empurrando-os para “*terra ferma*”.

Da preocupação com o turismo excessivo dos homens, massificador e invasivo, evoluiu-se paralelamente nas preocupações com o turismo ambiental, num movimento similar, procurando resolver o excesso dos acessos que destrói habitats (e ocorre-me a *Carta Europeia do Turismo*

Sustentável, de 1992, que iniciou a resposta que a Agenda 21 continuou a perseguir).

Não posso deixar passar mais duas ou três provocações: no mundo da conservação, do restauro, da reabilitação e da intervenção nas construções históricas, temos um problema que tem de ser resolvido muito rapidamente: o efeito perversos dos novos regulamentos totalmente orientados para a nova construção e que são arrasadores para a reabilitação!

O que quero dizer com isto é aquilo a que chamo (e desculpem a expressão) a loucura dos regulamentos! Por exemplo, o que se quis fazer na (infelicíssima) revisão do RGEU ao pretender impor TODAS as novas exigências, aplicar os níveis de desempenho e de funcionalidades admissíveis ao edifícios novos aos edifícios antigos sempre que a intervenção custasse mais de 50% do que custaria uma nova construção de área similar (o que seria o fim, sejamos francos, de quase todas as reabilitações no país).

Outro monstro para a conservação do nosso património: o regulamento térmico, que é hoje um dos principais agentes do arrasamento as cidades históricas!

Portugal tem, nos seus centros históricos, uma imagem urbana absolutamente impar e fabulosa; temos frentes azulejares por todo o lado (como poucos países possuem), texturas únicas no esgrafitos e pinturas dos revestimentos, caixilharias imprescindíveis. Se aplicarmos o actual regulamento térmico – que nos diz (SIC!) que um quadro de vão em pedraé uma ponte térmica - se forrarmos com os ETIC´s as fachadas históricas melhoramos o seu desempenho térmico ...mas destruimos os azulejos, os ornatos em massa e em relevo, a própria delicadeza do desenho das fachadas (alteradas pela nova geometria devido à espessuras desses novos

revestimentos feitos com produtos derivados do petróleo, diga-se), enfim, se aplicarmos este regulamento obtemos resultados absurdos na reabilitação.

E que vamos fazer com a centena de esgrafitos (decorações em baixo relevo feitas com técnicas multicamada avançadas) que acabam de ser descobertos em Évora? Estamos a descobrir por todo o país que as nossas fachadas históricas tinham ornatos e pinturas murais com os que nos levam a viajar para Florença, ou para aqui ao lado, para Ávila, Segóvia ou Barcelona. O que fazemos com esse essencial valor expressivo das nossas (morfologicamente mais pobres) frentes urbanas históricas, que são valores absolutamente vitais para a qualificação destes edifícios e da cidade que definem? Perdemos essa beleza urbana para revestir estes edifícios com poliuretano exturdido???

O que fazemos com os lotes do Bairro Alto, em Lisboa, que têm de 3,50, ou seis a sete metros de largura e 13 a 14 metros de profundidade, se lhes aplicarmos o regulamento das acessibilidades (ficaríamos sem espaço interno perante a exigência nas circulações), e o regulamento da segurança ao fogo (poderíamos fugir de todos os compartimentos ...e um ladrão poderia entrar com a mesma facilidade com que saímos)?

Cada regulamentador (cada legislador) só viu a barriga da sua especialidade, ou super-especialidade, e provocou um choque absurdo entre critérios; é esse resultado da última sobredosagem regulamentar.

Porque não proteger o património e, sob o ponto de vista térmico, ficarmos perto, quiçá, dos 80% exigíveis a um edifício novo; proteger e melhorar a segurança e acessibilidades encontrando um novo equilíbrio entre melhoria de desempenho e salvaguarda efectiva do património? No campo da normativa eis o desafio que agora precisamos resolver: definir aproximações e patamares subregulamentares para os edifícios antigos, sob pena de os condenarmos todos ao camartelo.

O que nos leva a outra pergunta: A que instituição interessa hoje verdadeiramente a conservação das cidades de grande valor histórico e cultural em Portugal? Às vezes não o sabemos muito bem.

A conservação do nosso património urbano é uma missão essencial de quem? Interessa ao Ministério da Cultura, ao IGESPAR e Secretarias Regionais da Cultura, à DGOTDU e ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território? Interessa a quem, e responsabiliza quem?

Nos outros países adjectiva-se claramente esta questão, os Franceses dizem ter mais de noventa cidades, ou núcleos urbanos históricos protegidos como monumentos da França (os *Secteurs Sauvegardés*, adequadamente protegidos e integrados no *Code de l'urbanisme*), considerados um recurso nacional e muitas, inclusive, um recurso mundial (porque inscritas na Lista do Património Mundial).

Portugal tem cidades históricas classificadas como património mundial, mas existe pelo menos uma cidade destas que - contrariamente ao que estabelece a lei quadro - não dispõe sequer de uma classificação de protecção de âmbito nacional que abranja a área inscrita na lista do património mundial. Na verdade não dispomos de uma sistemática de âmbito nacional - i.e. uma classificação de cidades e núcleos urbanos de valor extraordinário como património urbano e à semelhança do que sucede hoje com os "monumentos" - onde se reconheça e garanta a salvaguarda de determinadas produções urbanas históricas de valor excepcional.

No mundo da construção, a crise económica está a provocar um efeito terrível. Sempre defendemos o surgimento de empresas especializadas em restauro e reabilitação urbana. Sempre defendemos o surgimento de operários capazes de fazer fingidos, adobes ou técnicas da cal. Mas sempre defendemos também o surgimento de um novo agente, o Conservador-

Restaurador que faça a ponte entre o projecto e a obra, nestes domínios tão especializados. Ora bem, devido à crise, as grandes empresas de construção, ao tentarem sobreviver fazem *dumping* e, de repente, entram neste mercado com as suas economias de grande escala, e como tal defendendo intervenções de grande escala (começando a flar em “regeneração urbana” sistemática ...em vez de actuarmos caso a caso, pouco a pouco e bem feito), arrasando-se tudo o que constitui a política de capacitação técnica adequada à resolução e para intervir em “património”.

Portugal é país antigo e de velhos, as nossas taxas demográficas são hoje absolutamente terríveis mas, curiosamente, faz-se pouquíssima reabilitação e, mais curioso ainda, somos dos países com o património habitacional mais novo do mundo e, na Europa, dos que menos usamos o património habitacional anterior a 1919.

A história é, assim e para nós, um problema ou uma oportunidade? Tentei falar-vos dos problemas, mas não queria acabar neste registo negativo, antes pelo contrário. Quero defender que o património é uma grande oportunidade e gostaria de vos mostrar duas ou três imagens de um bom exemplo, refiro-me às estratégias e boas práticas que têm sido desenvolvidas, nos últimos vinte ou trinta anos, em Guimarães. Eis a demonstração de como é possível e viável uma reabilitação feita para as pessoas e contra a segregação, e não-exclusão social, a dita *gentrification* que invadiu muito centros históricos (vejam por exemplo o mau exemplo do Le MArais em Paris), i.e. a conservação urbana baseada em projectos muito cautelosos, preferindo as intervenções mínimas, ao invés das máximas, que permitiram manter os residentes de sempre no (seu) Centro Histórico.

Em Guimarães dirigiram-se preferencialmente as intervenções públicas para a requalificação das estruturas, redes e, sobretudo, dos espaços públicos

como motores do (re)interesse privado (a requalificação do espaço público valoriza imediatamente o valor da propriedade, donde é óbvio o interesse dos privados). Mas fez-se tudo isto com um desenho extremamente cauteloso, um desenho que parece mínimo mas que é extremamente preciso, difícil e rigoroso, onde o novo não intoxica e não sobrecarga aquilo que é a essência estrutural da própria cidade histórica.

Outra questão, fundamental em Guimarães: a exemplaridade das intervenções! O Estado e as autarquias têm nestes domínios de ser verdadeiramente exemplares no domínio da sua actuação e competência. Não podemos pedir a um privado que produza bons exemplos na reabilitação e uma praxis adequada de restauro quando o Estado não assume essa ética e essa qualidade nas obras da sua directa responsabilidade!

Na reabilitação precisamos também de apoio técnico por parte das estruturas autárquicas especializadas, sobretudo para poderem apoiar projectos e em níveis de intervenção que nunca poderão ser assumidos pelos gabinetes e economia privados. Um ateliê privado não tem interesse nenhuma para fazer o restauro de uma micro fachada para a antiga montra de um pequeno comerciante de Guimarães. O que é que isto daria a esse gabinete de arquitectura em termos de percentagem de projecto? Mas se o projecto de restauro de uma pequena loja destas não se fizerperde-se um elemento notável! E são estas micro-escalas, sem verdadeira dimensão para a economia de projecto, que por vezes definem valores essenciais para o conjunto da imagem urbana, e esta questão – de uma gestão cautelosas e qualitativa da manutenção e conservação da cidade histórica - é mais uma das que justificam, ainda hoje, a existência de estruturas técnicas nos municípios que possam ajudar a resolver estas pequenas intervenções que, ainda que parecendo micro e absurdas, são estruturantes para manter a qualificação das cidades históricas.

Neste campo de actividade da reabilitação temos de trabalhar em domínios com os quais não estamos correntemente familiarizados, da cultura da construção ancestral, que pouco têm a ver com as tecnologias correntes da construção civil para obra nova. Aqui as escolas têm feito um trabalho imenso aos níveis da engenharia e da arquitectura, nos cursos de mestrado e de doutoramento, ao introduzirem as questões da conservação e da reabilitação patrimonial, mas temos, evidentemente, de as aplicar em concreto, de as trazer todos os dias para a praxis corrente.

E já agora, aproveito para dizer que o IHRU tem aqui um papel estrutural de grande importância; o último trabalho que fizemos em conjunto (Vasconcelos de Paiva, Ana Pinho, eu ...e mais quase quatro dezenas de especialistas do LNEC) foi exactamente o *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*, dois volumes e quase 800 páginas surgidas de uma estreita colaboração do LNEC com o INH (hoje IHRU), onde procuramos desenhar um manual para apoio a todos (técnicos ou não) que se querem empenhar nesta ambiciosa tarefa de reabilitar o nosso valioso património.

Enfim, temos de entender a cultura e o património não como mais um problema mas como um recurso, uma grande oportunidade. E, em honra do Senhor Engenheiro Vasconcelos de Paiva, que é açoriano de gema, deixo-vos aqui uma última imagem, dos Açores, da ilha do Pico (cortesia do Arq.º de Nuno Lopes) e que regista uma procissão hoje ...e, no mesmíssimo ângulo, a mesma cerimónia há 20 anos. O mesmo cenário, os mesmos homens (alguns mais velhos, infelizmente com muito menos jovens), mas as mesmas bem conservadas casas e muros, duas imagens belíssimas que nos provam que é possível, se tivermos a devida atenção e apesar de todas as mudanças, manter o que é verdadeiramente único, permanente e essencial.

E termino com as palavras de Delacroix, um autor que muito aprecio, tanto na pintura como nos seus, muito mais parcos, escritos, que muitas vezes repetia o que cito: «*o novo é antigo; é mesmo o que há de mais antigo!*»

Muito obrigado pela vossa atenção e, sobretudo, pela vossa fantástica paciência.